

Não, Senhor Presidente da Assembleia;
Não, Senhor Presidente do Governo;
Não, Senhoras e Senhores Deputados;
Não, Senhora e Senhores Membros do Governo

Este espaço, onde nos encontramos em são trabalho e gostoso dever, não é um aquário nem uma estufa.

Não é, não pode, nem deve ser, – do domínio da ficção científica, da irreabilidade, nem de qualquer artificialismo, que porventura o espaço possa sugerir.

Aqueles que aqui se encontram – apesar da voltagem eléctrica e do ar condicionado -, são os legítimos representantes do povo açoriano.

Democrática e legitimamente eleitos. Sem contestação material ou de processualismo eleitoral.

Por isso mesmo – apesar das dificuldades de transmissão fidedigna daquilo que aqui ocorre, com transparência e lealdade, ao povo que servimos – o momento actual é indissociável das cruas realidades, políticas, partidárias e de conjunturas sociais.

No momento em que discutimos – e vamos aprovar – o Plano e Orçamento para 2005, bem como as Orientações de Médio Prazo 2005-2008, propostas pelo Governo Regional, fazêmo-lo num quadro em que a realidade política nacional afastou, por indecência e má-figura, a Coligação de Direita (em “reprise” de farsa) do governo da República; em que o Pacto de Estabilidade foi revisto e flexibilizado; em que se discute o próximo Quadro Comunitário de Apoio e o papel das Regiões Ultraperiférias europeias.

Fazêmo-lo, também, num quadro político-partidário muito concreto e definido a nível regional: o da estrondosa derrota da Coligação e suas sequelas.

À direita, a dissidência de um deputado, que, conjugada com a derrota nacional, levou a um realinhamento estratégico e autónomo do PP-Açores, onde a experiência política e carisma do seu líder histórico, aliada à sua destreza táctico-negocial, será fundamental à sobrevivência do seu partido nos Açores.

A situação do PSD-Açores é mais dramática. A derrota histórica, mas ainda traumática de 1996, e a sua massiva e sucessiva repetição, tem levado também a sucessivos e dramáticos ajustes internos, e já ninguém duvida que o seu D.Sebastião soçobrou no Alcácer-Quibir regional – as eleições de Outubro de 2004.

Ninguém melhor do que o próprio sabe disso. E passou a agir em conformidade.

Já ninguém, de bom-senso e razoável formação, duvida que a recandidatura de Victor Cruz foi o estratagema, imposto pelas duras circunstâncias, de continuar a permitir uma fuga, ao nível da sua carreira política, para o espaço nacional.

As escandalosas ausências de Cruz, logo após a sua reeleição partidária, da cena política regional, de que esta importante reunião plenária é a prova cabal (e onde só fez que veio, perante o peso do assobio das últimas jornadas parlamentares do GPPS), traduzem uma indesmentível realidade: o PSD-Açores já não tem líder, está em instável co-gestão de jovens turcos – e Cruz só aceitou pagar o preço da responsabilidade política pelos resultados das próximas autárquicas por troca com quatro anos de contrato na República, que a maioria absoluta do PS garante.

Esta é a verdade. O PSD-Açores está sem líder. Após a derrota nas próximas autárquicas, e afora o episódio das eleições presidenciais (em termos de danos político-partidários regionais, entenda-se) afinam-se as ambições e as facas “laranja”, para a disputa da liderança que corresponderá ao oásis eleitoral 2006-2008.

Até lá teremos uma oposição a prestações, dando de si e das suas obrigações democráticas – esta confrangedora imagem. O PSD ainda amarga vinte anos de despotismo de fachada democrática. Esta turma dirigente ainda é a Baby-Bosco. Com crescimento interrompido por precoce falta de colo. Eternamente amarga e confusa pela falta do afago do poder, a que julgavam ter direito a progredir, como na função pública; poder que julgavam seu por inércia, e que o povo sábia e claramente retirou, por dobradas razões: a saturação do pai, primeiro; e o desprezo pelos reclamados e tantos herdeiros, cuja vacuidade e prosápia sempre foram mais certas do que as dubitativas virtudes e competências.

Senhor Presidente da Assembleia;
Senhor Presidente do Governo;
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhora e Senhores Membros do Governo

Esta realidade enformadora da actual situação política açoriana ficou – repito - claramente radiografada neste debate.

Esta a verdade que, com realismo e honestidade intelectual, qualquer representante do povo tem o dever de apregoar.

Por tudo isto – e não por episódica habilidade parlamentar -, quando, durante a presente sessão, o Sr. Deputado José Manuel

Bolieiro, assumindo de facto o comando das desmobilizadas tropas do PSD, tentou uma impossível fuga para a frente, em desesperada e impossível moralização das suas esfrangalhadas hostes partidárias, lembrei-lhe um necessário retrato político, o estado do PSD-Açores, glosando um famoso poema de Drumond de Andrade. Com repentismo e improviso. Por tal razão, não recordei então – falha de que me penitencio – que tal poema tem duas partes e sete versos. Em adaptação livre, fiquei-me pela primeira. Em tributo democrático, há que reconhecer, que o principal partido da oposição merece a adaptação integral. Cá vai, com a devida vénia. O título é : Quadrilha.

“José Manuel amava Clélio, que amava Pedro, que amava Victor, que amava Berta...que não amava ninguém.

José Manuel não foi para a Europa, Clélio não vai para a Câmara da Praia, Pedro morreu na Comissão Eventual, Victor ficou em Lisboa, ninguém se suicidou (graças a Deus!)... e Berta não entra na História. (Com H grande, note-se!).

Senhor Presidente da Assembleia;

Senhor Presidente do Governo;

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhora e Senhores Membros do Governo

Apesar do atrás exposto, e talvez por causa disso mesmo, a presente reunião plenária foi verdadeiramente importante – pelo

menos para aqueles, que são e serão cada vez em maior número, que entendem as coisas da Cidade como estando acima das trocas de favores e da percepção e precisão de subsídios...

Discutiu-se e aprovou-se a revisão da nossa Lei Eleitoral. Por ampla maioria, espelhando um alargado consenso social, parlamentar e extra-parlamentar. Apesar de alguma comunicação social, ter confundido consenso com unanimidade.

Também alguns afirmaram que esta Assembleia aprovou a proposta do Partido Socialista. E a proposta aprovada é, de direito e regra parlamentar, do Partido Socialista e do Partido Popular. De resto, os trabalhos da Comissão respectiva foram pública e amplamente divulgados. Por isso mesmo, todos sabem que a proposta aprovada não é só do partido da maioria, e não foi aprovada sem alteração de uma vírgula, antes sendo uma amálgama das três propostas presentes à respectiva Comissão. Também nós gostaríamos, apesar de tudo, que este amplo consenso fosse mais *imenso*.

Passemos adiante, e ao relevante: foi pois aprovada uma alteração cirúrgica mas de grande alcance ao nosso sistema eleitoral, que no próximo dia 11, e em tempo, uma deputação desta Assembleia fará entrega, formal e solene, ao Sr. Presidente da Assembleia da República, o açoriano Jaime Gama.

Esta reunião plenária também serviu e servirá ainda para a discussão e aprovação dos documentos consubstanciadores das propostas de orientação de médio prazo 2005-2008, Plano e Orçamento de 2005.

São documentos estratégicos cuja importância, por reconhecida, dispensa justificações. Detenho-me então nas suas grandes linhas de orientação.

Desde logo, tendo presente que os documentos em análise são absolutamente coerentes com o Programa que o Governo tempestivamente apresentou a esta Assembleia, e por ela foi sufragado. Na sequência, aliás, como é bom de ver, lógica e genética, dos compromissos eleitorais que o Partido Socialista contratualizou com os açorianos.

É certo que, na sequência das novas regras atinentes ao Sistema Regional de Planeamento, tempestivamente aprovado nesta Assembleia por unanimidade, o Plano de Médio Prazo, *quo tale*, desapareceu, dando lugar às Orientações de Médio Prazo (OMP).

Alguns, porém, carentes e saudosos de verem todos os seus caminhos em letra de forma, logo se tentaram, no argumento fácil e choro demagógico, de incumprimentos putativos e propagandas

fáceis. Como se os compromissos do governo não fossem de legislatura. O desmame do argumento primário dará lugar, estamos certos, a um novo tipo de agentes políticos fiscalizadores, que fará esquecer, sem saudade, os guarda-livros de pequenas, médias e grandes empreitadas.

As OMP perspectivam confiança e estabilidade: os indicadores do investimento, produtividade, emprego e rendimento disponível crescerão a taxas superiores à média nacional e comunitária, garantindo a convergência, real e nominal, com a República e a União Europeia.

O objectivo assumido é o de prosseguir uma estratégia global de desenvolvimento, com crescimento económico, pleno emprego, coesão social e rigor e equilíbrio nas finanças públicas – sem qualquer endividamento directo da Região.

O objectivo sonhado é o do investimento público ser na íntegra suportado pelas receitas próprias da Região, transferências da União Europeia e do Orçamento de Estado, enquanto as despesas de funcionamento da Administração Regional serão financiadas pelas receitas próprias da Região.

Tudo isto é possível face à evolução favorável das nossas receitas próprias, quer pelo crescimento dinâmico da actividade económica

regional, quer pela mais rigorosa precisão e reivindicação na determinação das receitas que nos cabem e a transferir. Essa postura reivindicativa e ganhadora, é responsável pelo super-avit do ano transacto, que tanta impressão faz aos herdeiros-sucessores da guerra das bandeiras.

Vamos continuar – pois – a impulsionar o crescimento económico, o aumento do emprego, a consolidação das nossas finanças, a contenção da dívida pública e um crescimento sustentado do investimento, público e privado.

Continuando a apostar nos sectores tradicionais da nossa economia. No turismo e na captação de investimento externo reprodutivo e com incorporação de capital tecnológico. Garantindo e reforçando a coesão social, a igualdade de oportunidades, combatendo as velhas e novas formas de pobreza e de exclusão social; o investimento continuado em infra-estruturas da saúde, no prosseguimento das políticas de informatização do SRS e da telemedicina – um investimento departamental que crescerá cerca de 70% - são bem elucidativos acerca da aposta nos sectores sociais.

A aposta no capital humano, na vertente da formação, inovação e tecnologia, com repercussão multiplicadora na economia; o reforço da nossa identidade, através da inserção social, cultura e

mobilidade – perpassam igualmente de forma qualitativa e quantitativa pelos documentos que analisámos.

Senhor Presidente da Assembleia;

Senhor Presidente do Governo;

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhora e Senhores Membros do Governo

É pena que a auspiciosa realidade, consubstanciada nos documentos ora em análise, tenha merecido da oposição, uma análise destrutiva, preconceituosa e simples. Por vezes mesmo simplícia. O que só prova que há tradições que é preciso rever.

E se é verdade que tal comportamento confirma o diagnóstico acerca do seu estado, real e moral, de grupo cujo pastor está fora, a fazer pela vida – ainda assim se há-de dizer e repetir que a sua completa baralhação táctica, de votar contra e apresentar propostas de alteração – sempre as mesmas propostas de alteração: demagógicas e irrealistas; sempre os mesmo números de circo; sempre a tentação pelos mesmos planos soviéticos: reduzir o preço de bens e serviços à custa do erário público; propôr bodos à custa dos malfadados Gabinetes – saberão ao menos, a propósito, os senhores deputados do PSD que este trauma é puramente mimético, e remonta ao longínquo orçamento de 1992?

Assim vai o PSD. Lá e cá.

Pela nossa parte, vamos continuar a esperança e vamos continuar a cumprir. Com renovada força e determinação. Aprovando. Evoluindo. Mudando. Com coerência, juntando velhos e novos protagonistas.

Porque temos um rumo. Temos muitos obreiros que abraçam a tarefa. E, sobretudo, temos um referencial de estabilidade, competência, experiência e carisma: Carlos César.

E afora a bondade dos perenes princípios e o génio político da liderança, continuamos prontos para rediscutir quase tudo, porque os açorianos estão primeiro.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 7 de Abril de 2005

O Presidente do Grupo Parlamentar: Francisco Coelho